

Comunicação, cultura, participação e desenvolvimento: o caso *No Trilho de Malangatana*

Lurdes Macedo

Docente na Universidade Lusófona do Porto
Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
mlmacedo71@gmail.com

O conceito de desenvolvimento, entendido como consensual nas primeiras décadas do pós-II Guerra, é atualmente alvo de intensa inquirição, conhecidos que são os limites do modelo no qual assentaram a emergência e a expansão da sociedade industrial, bem como as dificuldades em compatibilizar os elevados padrões de conforto material das sociedades ocidentais com as possibilidades ecológicas do planeta. Com efeito, como bem observa Ribeiro (2018), até o denominado “desenvolvimento sustentável” tem vindo a demonstrar-se insuficiente para responder adequadamente aos problemas provocados pelo capitalismo. Daí que o conceito de desenvolvimento se tenha tornado polissémico, discutível e até mesmo polémico.

Por um lado, deveremos admitir que, pese embora a promoção de tantos planos de desenvolvimento, estamos ainda bem longe de atingir os objetivos a que grande parte dos mesmos se propõem: erradicar a fome e a pobreza extrema ou combater a propagação de doenças há muito controladas no Ocidente. Este é um facto que fica demonstrado pela experiência de África, continente que tem vindo a beneficiar de um enorme investimento por parte das agências de cooperação internacional sem que, no entanto, os seus principais problemas sejam ultrapassados. Por outro lado, os efeitos provocados pelos excessos do modelo de desenvolvimento capitalista, nomeadamente as alterações climáticas, têm vindo a agitar variados setores da sociedade global que, de forma destemida, questionam a ordem instituída. A greve estudantil que antes da pandemia fazia sair semanalmente às ruas de todo o mundo milhões de adolescentes que clamavam pelo futuro sustentável ao qual têm direito, bem como o Sínodo da Amazônia promovido pelo Vaticano em 2019, são exemplos

de mobilização que sugerem uma transição de paradigma para se pensar o desenvolvimento: mais do que promover as condições e reunir os meios para o aumento da riqueza, este deverá ser, antes de tudo, um debate amplamente participado sobre o futuro que as sociedades desejam para si mesmas.

É interessante notar o quanto esta mobilização valida algumas das ideias propostas por Ulrich Beck em *Qu'est-ce le Cosmopolitisme?* (2006). Nesta obra, o autor postulava que a experiência da crise da contemporaneidade e os riscos a ela associados como, por exemplo, as alterações climáticas e as pandemias, nos remetiam para uma enorme transformação social. De facto, se para o passado não existe uma memória global, a confrontação da sociedade planetária consigo mesma fez emergir, pela primeira vez na História, a consciência de um futuro coletivamente partilhado. Esta é uma ideia que interpela um dos grandes legados da perspectiva clássica das ciências sociais, ou seja, o quadro interpretativo do mundo baseado na diferenciação da Humanidade em categorias como a religião, a etnia, a cultura, a classe ou a nação. Tal interpelação remete, nos nossos dias, para a urgência da procura de novos instrumentos analíticos que nos ajudem a compreender a interdependência cada vez mais global entre povos com diferentes culturas.

Face à natureza e à escala desta interdependência – e no quadro da transição de paradigma acima sugerida para se pensar o desenvolvimento – valerá a pena começarmos por nos questionar sobre o modo como pessoas que não partilham da mesma experiência cultural poderão entender-se na prossecução de objetivos comuns. Bennett e Segerberg (2013) reparavam que, há algumas décadas, esta era uma questão pertinente para diplomatas, expatriados e viajantes. Todavia, no tempo presente, caracterizado pela globalização da mobilidade, das migrações, da utilização das tecnologias da comunicação e da perceção dos riscos, esta passou a ser uma questão pertinente para todos. Daí, a necessidade de procurar os novos instrumentos interpretativos da realidade numa abordagem pluri-disciplinar, de espectro largo, que permita acolher as diversas leituras despoletadas pelas múltiplas dinâmicas de relação entre pessoas, bens e ideias características do fenómeno de interdependência global a que assistimos nos dias de hoje.

Com efeito, a Comunicação Intercultural, tal como preconizada por Cabecinhas e Cunha (2017), amplia as possibilidades de darmos conta de

realidades processuais em que se cruzam participantes de várias etnias, religiões e culturas, sem esquecer as condições de desigualdade em que estes interagem, as fronteiras que entre eles se interpõem e, finalmente, a enorme distância que separa as suas interrelações reais da sua eventual convergência. Ao incluir na sua abordagem os processos comunicacionais marcados pelas relações de poder, ou seja, aqueles em que uma das partes se coloca em posição de superioridade (ou de inferioridade) relativamente à outra, esta área do saber constitui-se como apta a observar e a interpretar os diversos padrões de comunicação utilizados pelos protagonistas dos processos políticos, sociais e económicos da contemporaneidade, bem como o seu impacto nos sucessos e insucessos alcançados. É assim que, constituindo-se como conhecimento capaz de esclarecer os desafios impostos pela diversidade e, conseqüentemente, como um conjunto de práticas com aplicabilidade na resolução de necessidades sociais concretas – tais como a integração de imigrantes e de refugiados ou a cooperação com países em desenvolvimento – a comunicação intercultural vai conquistando legitimidade enquanto área autónoma e em crescente afirmação no âmbito das Ciências da Comunicação.

Não se tratando propriamente de um novo domínio do conhecimento, mas antes de uma abordagem cuja riqueza se encontra ainda longe de ser explorada em todo o seu potencial, a Comunicação Intercultural afigura-se como o terreno fértil no qual é possível levantar as questões que mais interessam à relação entre comunicação, cultura e desenvolvimento: de que tipo de comunicação necessita a sociedade planetária para que o debate sobre o futuro seja amplamente participado? Será possível garantir a definição de objetivos comuns quando os intervenientes nesse debate provêm de culturas distintas? Apesar de o esgotamento dos recursos naturais e a emergência climática serem evidentes, estarão as sociedades preparadas para a rejeição do extrativismo, do produtivismo, do consumismo e da competição na configuração de novos modelos de desenvolvimento?

Em boa verdade, apesar de o desenvolvimento se apresentar como preocupação coletiva, a definição das políticas e das estratégias para a sua promoção tem ficado a cargo dos Estados e das organizações internacionais. Tal como observa Ribeiro (2018), nos mais diversos pontos do mundo, estes atores diligenciam as condições e procuram reunir os meios necessários ao aumento da riqueza e do bem-estar das populações, continuando a enquadrar este esforço nas dinâmicas do sistema capitalista.

Esgotadas que estão as promessas desse sistema, será possível continuar a pensar o desenvolvimento sem ouvir a voz daqueles que reclamam um outro mundo e um outro futuro?

É precisamente a partir deste questionamento que deverão ser problematizadas as funções sociais da comunicação nos processos de desenvolvimento empreendidos tanto a Norte como a Sul. Apesar das suas múltiplas possibilidades na condução destes processos, a comunicação é tida em conta, a maior parte das vezes, exclusivamente pela sua função instrumental relativamente às práticas de intervenção e aos objetivos de mudança. O mesmo é dizer que os efeitos da persuasão são largamente mais explorados do que as virtudes da capacitação, quando se planeiam as funções sociais da comunicação em projetos de desenvolvimento. Com efeito, são privilegiadas grandes campanhas de comunicação persuasiva junto a comunidades tradicionais, excluídas dos circuitos de comunicação e de poder, com vista à sua mudança comportamental, em detrimento da utilização de técnicas participativas capazes de as envolver e de as comprometer na construção do seu próprio futuro.

De acordo com Bachan e Raftree (2011), as ferramentas comunicacionais adequadamente planeadas, monitorizadas e avaliadas permitem a amplificação da voz de comunidades tradicionalmente silenciadas, inclusive através das possibilidades que nos são dadas pelas plataformas digitais. Partindo deste pressuposto, o Museu Virtual da Lusofonia investiu num processo de investigação-ação com vista a avaliar a eficácia da utilização de conteúdos concebidos através desta abordagem – ou seja, da Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) – na promoção do diálogo intercultural e do desenvolvimento.

Os trabalhos foram conduzidos em Moçambique entre 2016 e 2017 e começaram com uma fase exploratória: uma primeira aproximação ao contexto específico do país, o estabelecimento de contactos com agentes locais e identificação de oportunidades de trabalho com as comunidades, nomeadamente no âmbito da investigação-ação e da produção de conteúdos. Deste modo, foi possível proceder à pesquisa conducente à pré-produção e à rodagem de um documentário para plataforma web que visa reduzir o desconhecimento que os restantes países lusófonos possuem sobre a realidade cultural moçambicana.

O documentário *No trilho de Malangatana* foi idealizado enquanto conteúdo C4D na medida em que, de acordo com alguns interlocutores-

-chave em Moçambique, a vida e a obra de Malangatana – criador que obteve reconhecimento internacional e que se notabilizou em vários domínios, sobretudo nas artes plásticas – têm caído no esquecimento de forma muito acelerada. Entre os factos apontados para fundamentar este posicionamento crítico, os interlocutores enfatizaram o número de obras do artista em espaço público votadas à degradação, algumas em risco de jamais poderem ser recuperadas, bem como a falta de iniciativas públicas em torno do seu legado. A título de exemplo, refira-se que até à data do término da pesquisa para rodagem do documentário (junho de 2017), não havia sido realizada qualquer exposição de Malangatana (1936-2011) em Moçambique, após a sua morte.

As instituições culturais do país, devido às dificuldades com as quais se confrontam, pouco têm podido fazer para impedir este fenómeno. Por outro lado, a família e os amigos de Malangatana, apesar dos seus muitos esforços para manter viva a memória do mais reconhecido criador moçambicano, encontram também muitos obstáculos, sobretudo financeiros, para concretizar o trabalho que gostariam de desenvolver nesta matéria.

A partir da necessidade de preservar a memória da vida e da obra de Malangatana, bem como o seu significado para a cultura e a identidade moçambicanas, foi então iniciado um trabalho de pesquisa de terreno e de planeamento de ações que envolveu todos os que em Moçambique procuram, ainda que sem sucesso, fazer ouvir a sua voz sobre este assunto.

O eixo à volta do qual gravita toda a narrativa do documentário é o extraordinário conjunto escultórico *A Sagrada Casa dos Madjaha*, obra de Malangatana votada à degradação e ao esquecimento num subúrbio de Maputo. A partir deste exemplo particular, faz-se uma revisitação à vida e à obra do criador moçambicano de modo a fundamentar a necessidade de preservar não só o conjunto escultórico, como a sua memória e o seu legado.

A Sagrada Casa dos Mabjahas foi erigida no espaço exterior da antiga fábrica da Mabor, atualmente desativada. Na opinião de Luís Bernardo Honwana, ex-ministro da Cultura de Moçambique, trata-se de uma obra que representava a vontade de Malangatana de abrir novos espaços de diálogo artístico. O conjunto escultórico, erguido ao longo de muitos meses, em alvenaria e metal, atingindo 15 metros de altura, foi inaugurado em 1989. Alguns anos mais tarde voltou a ser objeto de uma intervenção que lhe acrescentou alguns metros. Na base da escultura há painéis que

contam a história dos Mabjahas, a família real que governava o território entre Matalana (aldeia onde nasceu Malangatana) e o Zimpeto (periferia de Maputo onde se encontra a obra). Nos dias de hoje, a Mabor já não existe e todo o seu recinto ficou devoluto e ao abandono. O conjunto escultórico tornou-se de difícil acesso, rodeado que está de mato, conforme documentado no filme. Com o tempo foi sendo esquecido, correndo o risco de ser vandalizado. Restaurar e reabilitar a obra bem como, eventualmente, transferi-la para um local mais central e torná-la parte de um circuito de visitação das artes onde já constam muitas das obras do artista parece ser a soluço, embora não estejam reunidos os meios para tal empreitada. No fundo, o sonho de valorizar a *Sagrada Casa dos Mabjahas* funciona não são como narrativa-mestra de todo o documentário, mas também como recurso simbólico de apelo   valoriza o da vida e da obra de Malangatana.

O documentário, com a dura o de 25 minutos, foi rodado em Moçambique em junho de 2017, com equipamento não-profissional (uma câmara de vídeo doméstica e um *smartphone* Android), num trabalho de equipa entre a investigadora que conduziu os trabalhos no terreno e interlocutores-chave das comunidades envolvidas. Foi depois pr -editado na Universidade do Minho no mês de agosto seguinte e testado com a equipa moçambicana em outubro do mesmo ano. Após a introdu o de melhorias sugeridas pela equipa, foi finalmente editado e p s-produzido no Canal 180 no primeiro trimestre de 2018. De salientar que esta experiência de produ o de um conteúdo C4D despoletou a prepara o de um processo de angaria o de financiamento para o restauro de obras de Malangatana no espaço público, incluindo o conjunto escultórico.

Convocados a pronunciarem-se sobre o que desejariam para o seu futuro e mobilizados para a prosseca o de um objetivo comum, os participantes neste projeto promoveram um conjunto de a oes, nomeadamente a organiza o da primeira exposi o de Malangatana em Moçambique após a sua morte, a exposi o comentada do documentário *No Trilho de Malangatana* em vários eventos e a negocia o com doadores internacionais para a conserva o e restauro de várias obras do artista. Embora ainda não tenha havido qualquer interven o na *Sagrada Casa dos Mabjahas*, foram já reinaugurados após restauro dois murais de Malangatana: o primeiro, situado no exterior do Museu de História Natural, em Maputo; o segundo, no exterior do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, também em Maputo.

É a partir de dinâmicas de participação como esta que deveremos inquirir a relação entre comunicação, cultura e desenvolvimento, convocando os desafios que tal inquirição coloca à área disciplinar das Ciências da Comunicação e, mais concretamente, à Comunicação Intercultural e à Comunicação para o Desenvolvimento.

Este texto é financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”.

Bibliografia

- BECK, U. (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.
- BACHAN, K. & RAFTREE, L. (2011). *Integrating information and communication technologies into communication for development strategies to support and empower marginalized adolescent girls*. Report prepared for the XIIth UN Round Table on Communication for Development.
- BECK, U. (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.
- BENNETT, L. & SEGERBERG, A. (2013). *The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge: University Press.
- CABECINHAS, R. & CUNHA, L. (2017). Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural. Perspetivas, dilemas e desafios* (pp. 7-12). Vila Nova de Famalicão: Húmus
- RIBEIRO, F. B. (2018). *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.